



ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS: EXPANSÃO E NUCLEAÇÃO (PATOS DE MINAS - MG - 1941/1998)

Humberto Corrêa dos Santos¹

RESUMO

Este estudo analisou o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas, MG, no período de 1940 a 1998, quando a expansão foi interrompida em função da nucleação do ensino. O recorte inicial refere-se ao ano do Decreto nº 77, que regulamentou o ensino nessas escolas. O recorte final refere-se ao ano da conclusão do processo de nucleação. Realizou-se pesquisa documental e bibliográfica e a técnica de observação. O estudo respondeu dois questionamentos: em que circunstâncias aconteceram o processo de criação e o de expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas (MG), no período de 1941 e 1998? Quais as reais contribuições dos mestres-escolas no ensino não institucionalizado? Concluiu-se que o processo de expansão ocorreu em meio às constantes alterações no número de escolas funcionando no município em razão da não permanência de professores nesses locais e que a contribuição dos mestres-escolas foi relevante para o aprendizado dos alunos camponeses. O processo de nucleação possibilitou a oferta do ensino fundamental completo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Municipal Rural Primária; Patos de Minas; Nucleação.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela história da educação rural é procedente de raízes ligadas ao meio camponês onde o autor deste estudo dedicou parte de sua vida - de 1977 a 1998, quando ocorreu o processo de nucleação das escolas públicas rurais municipais -, à instrução primária e ao trabalho de atividades agropecuárias.

Nesse contexto, surge a relação de convivência com os problemas educacionais relatados por mestres-escolas do meio rural que, como este pesquisador, tiveram dificuldades de acesso aos materiais básicos para o ensino das primeiras letras, além da falta de prédio escolar para que esse mestre de uma sala só - muitas vezes com classe multisseriada - pudesse exercer seu ofício.

¹Artigo elaborado a partir da Dissertação de Mestrado em Educação "Escolas Municipais rurais de Patos Minas - MG (1941-1988): da expansão à nucleação", apresentada junto à Universidade de Uberaba em 2012.

²Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. E-mail: humbertosantos.13@hotmail.com

Até a consolidação do processo de nucleação, ocorrido 1998, as escolas rurais tinham um papel relevante na vida dos camponeses. Essa ruptura foi presenciada pelo pesquisador que, posteriormente, atuando na Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas no período de 2005 a 2011, visitou todos os prédios escolares municipais rurais dos distritos de Patos de Minas, para elaborar um memorial descritivo visando catalogar os bens patrimoniais do Município.

A partir dessa constatação, o pesquisador se viu desejoso de buscar registros históricos que pudessem caracterizar a instrução ofertada no campo e iniciou uma investigação em fontes documentais - com destaque para o período de 1941 a 1998 - que abordassem a educação rural no Brasil, Minas Gerais e, conseqüentemente, pudessem caracterizar de que forma ocorreu o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais, ofertantes do ensino de primeiras letras, no município de Patos de Minas.

Ciente da importância do mestre-escola na instrução inicial dos alunos do meio camponês antes da regulamentação desse ensino e a partir de análise documental que possibilitou importante reflexão sobre o assunto, o pesquisador respondeu, no decorrer deste estudo, dois questionamentos: quais as reais contribuições dos mestres-escolas na transmissão do saber informal/formal, antes da regulamentação do ensino institucionalizado? Em que circunstâncias aconteceu o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas - MG, no período de 1941 e 1998?

A fim de responder às indagações, foram realizados os seguintes tipos e técnica de pesquisa: a) técnica de observação junto às escolas rurais dos distritos do município de Patos de Minas; b) pesquisa bibliográfica, realizada por meio de obras já publicadas sobre a temática; c) pesquisa histórica/documental, realizada por meio de consultas aos documentos históricos e à legislação pertinente ao tema.

O pesquisador selecionou para exame, além dos livros que compõem o item referências, os seguintes documentos: legislação educacional nacional; regulamentos e atas da Câmara Municipal de Patos de Minas; plantas arquitetônicas das escolas municipais rurais; jornais; programas de ensino vigentes na rede municipal de ensino rural e imagens que pudessem retratar a escola camponesa no Município.

Esta pesquisa justifica-se à medida que possibilitou o registro de um período considerado importante para a história da educação rural de Patos de Minas, em que o pesquisador pôde confrontar os conhecimentos empíricos com as fontes documentais pesquisadas junto aos arquivos públicos.

Acredita-se que a abordagem sobre o ensino rural no município de Patos de Minas contribuirá não só para o desenvolvimento de outros estudos relacionados ao cenário da instrução campesina brasileira, como, também, para o registro histórico da cidade e fonte de futuras pesquisas na área da Educação, uma vez que, vários registros do período abordado constituem fatos ainda não tratados por historiadores.

2 A ESCOLA RURAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Pensar a escola rural brasileira é pensar o homem do campo e "seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo" (LEITE, 1999, p. 14); é "questionar a aproximação direta dessa mesma escola com o universo sócio-cultural dos rurícolas [...] bem como sua atuação nas transformações ocorridas no campo" (LEITE, 2000, p. 131).

Motivos sócio-políticos e culturais contribuíram para que a educação rural brasileira fosse desprezada; havia no país um elitismo escolar iniciado pelos jesuítas que acreditavam ser o estudo algo que deveria ser ofertado apenas ao homem da cidade. O interesse pelo homem do campo tinha como foco, devido ao capitalismo, apenas seu trabalho e produção (LEITE, 1999; FONTOURA, 1945).

Esse desinteresse, por parte do Poder Público, fez com que o campesino vislumbrasse a ascensão social aparentemente encontrada apenas na cidade onde significava emprego na indústria e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Influenciados por familiares que tiveram êxito, alguns campesinos se deslocaram à procura de emprego e de uma vida mais abastada. Essas relações pessoais havidas no campo serviam de apoio e base para que a migração não fosse uma aventura ao desconhecido (DURHAN, 1973).

Os efeitos dessa influência familiar seriam, contudo, prejudiciais para a economia sem que nenhuma ação governamental fosse tomada no sentido de melhorar as condições da vida no campo. Para o campesino seria melhor uma vida

de conforto na cidade do que mourejar de sol a sol no meio rural, sem ter seus esforços devidamente compensados.

Houve, portanto, desinteresse por parte das lideranças brasileiras em relação à escolarização rural e a concentração dos esforços políticos, nas primeiras décadas do século XX.

As poucas escolas existentes no meio rural, herdadas do Império pelos republicanos, eram extensão da casa do professor, outras vezes funcionavam em igrejas, cômodos de comércio, com pouca ventilação e luz, onde o aluguel ficava por conta do mestre-escola que não tinha preparo adequado para o magistério, mas esforçava-se com seu insignificante rendimento mensal para transmitir aos seus alunos os ensinamentos da leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã (BUFFA; PINTO, 2002).

Dessa forma, a população rural, até então desprovida de conhecimentos, precisava ter condições para se desenvolver profissional e intelectualmente. Foi então que o Presidente do Estado, João Pinheiro da Silva dirigiu ao Congresso Mineiro, no primeiro decênio do século XX, mensagem vislumbrando uma nova educação campestre voltada para modificar o modo de pensar das crianças escolares rurais, fazendo-as compreender que o mínimo de esforço aliado à inteligência lhes garantiria a sobrevivência (MINAS GERAIS, 1908).

Por sua vez, em 1926, o Presidente do Estado, Fernando de Mello Vianna, enviou uma mensagem ao Congresso Mineiro em que fazia pouco caso da educação rural, atribuindo ao ensino primário no meio campestre apenas a função de alfabetizar (REVISTA MINEIRA DE EDUCAÇÃO, 1926).

Posteriormente, ainda no segundo decênio do século XX, surgiram educadores e intelectuais empenhados em debates e propostas de reformas voltadas para a recuperação do atraso educacional brasileiro e do ensino no meio rural, reforçando a importância da fixação do homem no campo e transmitindo conhecimentos a serem utilizados na agricultura, na pecuária e nos afazeres diários, com características regionalizadas (NAGLE, 1974).

A escola rural deveria ser capaz de conduzir o homem do campo a se modificar e a transformar o próprio meio, contagiando a comunidade ao entorno. O professor que nela trabalhava deveria ter preparação específica

relacionada às "condições intrínsecas do meio natural e cultural", pois essa escola objetiva, antes de tudo, o ajuste ao meio ambiente social (LEÃO, 1940, p. 223).



Pretendia-se com a educação rural, não só combater o analfabetismo, como também, oferecer aos alunos atividades pertinentes à vida rural conduzindo-os a uma formação favorável ao meio ambiente onde viviam.

A atual Lei nº 9.394/96, denominada Lei Darcy Ribeiro - primeira LDB que dedicou um parágrafo inteiro e três incisos à educação rural e determinou que se promovesse "a desvinculação da escola rural dos meios e da *performance* escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado" (LEITE, 1999, p. 54).

3 O ENSINO RURAL EM PATOS DE MINAS: DOS MESTRES-ESCOLAS À EXPANSÃO ESCOLAR

As escolas com ensino oficializado em Patos de Minas, desde a emancipação do município em 1866, até a década de 40 do século XX -época que se inicia de fato o processo de expansão das construções escolares no meio rural pelo Poder Público Municipal -, não eram em número suficiente para atender a demanda da população em idade escolar e o ensino das primeiras letras ficava a cargo das famílias ou mestres-escolas.

A viabilização desse ensino rural contava com a iniciativa do proprietário de terras que contratava o mestre-escola, a princípio, para sua prole. Porém, o proprietário acabava cedendo-o aos filhos dos compadres, agregados, meeiros e conhecidos da região, mediante pagamento em dinheiro, prestação de serviços braçais, ou, ainda, custeando as despesas relacionadas ao trabalho desse professor autônomo.

Contudo, o mestre-escola não permanecia muito tempo em uma mesma fazenda. Uma vez cumprida sua missão, se deslocava para outra comunidade. Em outras situações, a escola funcionava na própria casa do mestre-escola, com todos os inconvenientes da época: casa coberta com capim sapê, parede de pau-a-pique, chão batido.

Os mestres-escolas tinham, também, o trabalho de preparar novos mestres-escolas para a missão de ensinar. Assim, esses mestres abnegados se multiplicavam a fim de suprir a falta de escolas, principalmente, no meio rural.

Ressalta-se que os mestres-escolas foram responsáveis, na maioria das



vezes, pelo único sistema educacional existente no meio rural patense. Em meio às dificuldades encontradas por ausência de ambiente propício para o estudo; utilizando métodos e materiais, muitas vezes precários; os mestres-escolas possibilitaram que crianças camponesas não ficassem totalmente alheias ao conhecimento e à educação.

Vários desses mestres-escolas incorporados ao quadro do magistério eram habitantes das comunidades do município onde ensinavam; eram líderes comunitários e bastante valorizados e que tomavam frente em vários acontecimentos locais, mesmo havendo, entre eles, alguns sem preparo adequado para esse ofício. Limitação que não impedia, entretanto, uma atuação exemplar em sala de aula.

Contudo, em meados do século XX, os mestres-escolas começaram a perder prestígio junto ao povo camponês, uma vez que as edificações de prédios escolares municipais começaram a surgir, tornando uma realidade local. A população camponesa passou a contar com ensino institucionalizado e pago pelo Poder Público. A partir de então, uma comunidade rural sem escola significava ausência de progresso.

A primeira escola pública primária instalada no município aconteceu em 1853 (FONSECA, 1974). Essa instalação só foi possível em virtude da Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar, de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827) e, mesmo assim, essa instalação só ocorreu em Patos de Minas depois de 26 anos da promulgação da lei. Junto à criação dessa primeira escola surgiu a primeira cadeira de instrução, cujo professor nomeado foi Francisco de Paula e Souza Bretas, em 18 de maio de 1853.

A partir daí as comunidades rurais decidiram suprir suas necessidades educacionais e solicitaram, junto à Câmara Municipal, autorizações para a criação de escolas municipais em diversas localidades como: Fazenda Leal, Fazenda Pião, dentre outras (CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 1913 e 1914).

Porém, uma instituição escolar não dependia apenas desses dois fatores ora abordados. Era que professores fossem capacitados para a condução da educação junto aos distritos do Município.

⁹ Destaca-se a importância do dia e mês em que a Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar foi promulgada: 15 de outubro; pois, posteriormente, por meio do Decreto nº 52.682, de 14 de Outubro de 1963, fez-se remissão a essa data para estipular o dia do professor.



Nesse sentido, alguns projetos educacionais como o Projeto Logos II e o Projeto Chama, foram implantados a fim de habilitar profissionais para o exercício do Magistério de 1ª a 4ª séries.

Na tentativa de conter a acentuada aglomeração dos camponeses no meio urbano, ações da municipalidade foram direcionadas no sentido de proliferar a educação e edificar escolas cujo objetivo era, também, conscientizar o homem camponês sobre sua importância no campo e não na cidade.

Nesse contexto, muitas escolas municipais rurais foram criadas em Patos de Minas. Para tanto, bastava que as lideranças comunitárias com demanda se manifestassem e fizessem a doação do terreno para que o Poder Público ali implantasse uma escola.

Geralmente um fazendeiro permitia que o professor morasse em sua residência durante sua estada na comunidade, considerando que essa permanência objetivava atender os filhos dos proprietários, bem como os dos seus empregados. Outro fator relevante para a expansão das escolas camponesas, com oferta de educação primária, consistia na iniciativa do professor que fazia, junto às comunidades, levantamento de crianças em idade escolar. Caso o número atingisse o mínimo exigido pelo regulamento das escolas municipais rurais - em Patos de Minas era de trinta crianças - solicitava-se a criação de uma escola naquela comunidade camponesa.

A partir de meados do século XX, as doações dos terrenos com área de 2.000 m² eram feitas por fazendeiros e as edificações escolares eram construídas, em sua maioria, com uma única sala; sanitário masculino e feminino conforme se observou nos arquivos da Secretaria Municipal de Planejamento (2012). Eram escolas com classes multisseriadas onde o professor atendia crianças de séries, idade e conhecimentos diferentes, trabalhando vários conteúdos ao mesmo tempo em duas ou mais séries. Essa organização era necessária em razão do reduzido número de crianças em idade escolar da propriedade rural e entorno, da falta de recursos para manter mais de um professor na escola ou até mesmo pela falta de profissional interessado em residir no meio camponês.

As classes multisseriadas são aquelas que "têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsável pela classe" (INEP, 2007, p. 25).

Por sua vez, nos locais rurais de maior aglomeração de crianças em idade escolar, essas escolas possuíam duas salas que funcionavam, inicialmente, com classes seriadas nos turnos da manhã e tarde, atendendo todo o ensino primário numa modalidade de organização diferente da multisseriada. Essas escolas possuíam carteiras de um, dois ou três acentos (MUSEU DE PATOS DE MINAS, 2012).

O processo de expansão das escolas rurais encontrou vários entraves a serem solucionados. Muitas vezes, o fazendeiro, ao fazer a doação do terreno para a construção do prédio escolar, acabava adotando estratégias de controle, pois muitos tinham interesse em indicar a professora, que era sua filha ou algum parente. Em outras situações, um professor citadino, para residir no meio rural, exigia moradia e alimentação; e, quando o docente era mulher, exigia, também, um acompanhante para buscá-la ou levá-la nos pontos de ônibus.

Outro entrave referia-se à condução dos professores. Sabe-se que alguns veículos se deslocavam para o meio rural, saindo nas madrugadas de cada dia e só voltando ao entardecer. Assim, professores, muitas vezes, se deslocavam em carrocerias de caminhões leiteiros e retornavam somente à noite ao local de origem.

Dessa forma, poucos professores foram nomeados pela municipalidade até a década de 40 do século XX, quando se iniciou o processo de edificações de prédios escolares municipais, a fim de levar, aos lugares campestres com maiores aglomerações de pessoas do município de Patos de Minas, a educação pública.

No relatório enviado ao Governador do estado de Minas Gerais pelo Prefeito de Patos de Minas, Clarimundo José da Fonseca Sobrinho, em 30 de abril de 1941, que trata da situação das contas dos negócios do município no ano anterior, consta que as primeiras ações municipais no campo educacional foram no sentido de organizar internamente o serviço de Inspeção do Ensino Municipal, além da elaboração do Projeto do Regimento das Escolas Rurais Mistas do Município e do

levantamento do inventário do mobiliário e material didático das escolas (FONSECA SOBRINHO, 1941).

Segundo esse mesmo relatório, havia em 1940, dezoito escolas municipais rurais mistas que contribuíram de forma significativa para o ensino secundário e complementar das crianças pobres, contudo, cinco escolas não funcionaram por falta de professores citadinos que se dispusessem a residir no meio campestre, nem mesmo havia na comunidade professor leigo interessado no ofício de professor.



Essa ausência provavelmente ocorreu pelos obstáculos como: dificuldades de deslocamento para o meio rural; acomodações não adequadas para moradia; e o próprio desejo do professor de não sair da cidade onde obteve a formação profissional.

Posteriormente, comemorando o aniversário natalício do Sr. Getúlio Vargas, Presidente do Brasil, em 19 de abril, e atendendo ao apelo da Cruzada Nacional de Educação - campanha criada em 1932 - foi solenemente instalada a Escola Rural Mista na Fazenda Leal, distrito dessa cidade. Prestando justa homenagem ao Chefe da República tomou essa escola a denominação de Escola Rural Mista Getúlio Vargas, sendo esse feito comunicado ao Sr. Presidente da Cruzada

Diante dessa mobilização nacional em prol da alfabetização no Brasil foi que - de acordo com o disposto no artigo 12, item, II do decreto-lei federal nº 1.202/39 - em 2 de outubro de 1941, o Decreto Municipal nº 77, dispôs sobre o regulamento e diretrizes para o funcionamento das Escolas Municipais Rurais do Município.

Em 1948, inicia-se em todo Brasil o processo de discussão do primeiro projeto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que só seria concluído treze anos mais tarde (Lei 4.024 de 1961). No tempo em que a referida Lei nº 4.024/61 começou a ser discutida por todo o país, Patos de Minas promoveu a Primeira Semana Pedagógica, de 12 a 17 de julho, e segundo relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Vicente Pereira Guimarães em 1948, o evento teve grande êxito e foi bastante proveitoso.

No relatório analisado, do prefeito Vicente Pereira Guimarães (1948) pode-se observar a preocupação com o processo de expansão das escolas municipais rurais.

O orçamento de 1948 fixou em cinquenta (50) o número de Escolas Rurais Mistas. Em 2 de fevereiro, após instruções indispensáveis ao professorado rural e fornecimento do material didático necessário, foram iniciados os trabalhos escolares com a instalação de quarenta e duas (42) escolas, obtendo-se uma matrícula de dois mil setecentos e quarenta e nove (2.749) alunos de ambos os sexos. Em março foram instalados mais quatro, aumentando-se a matrícula para dois mil novecentos e sessenta e seis (2.966) escolares. Em abril instalou-se mais uma, a das Posses. Passou então a matrícula a dois mil novecentos e oitenta e um (2.981) alunos. Todas as escolas foram visitadas e inspecionadas durante o ano letivo findo (GUIMARÃES, 1948).

O relatório aponta a existência de 47 Escolas Municipais Rurais Mistas instaladas e 2.981 alunos matriculados de ambos os sexos em 1948, média de 63,42

estudantes por escola, sendo todas visitadas e inspecionadas no mesmo ano pelas autoridades competentes.

Ressalta-se que a estagnação econômica ocorrida em diversas cidades interioranas, nas décadas de 60 e 70, em virtude da mudança da capital do país para Brasília, e o conseqüente deslocamento de parte da população brasileira em busca de emprego e uma vida mais promissora, também ocorreu no município, uma vez que Brasília atraiu "a população patense, principalmente pela criação das universidades, e hoje, encontra-se na capital federal uma colônia de mais de quatro mil patenses" (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, 2004, p. 7).

Alterações na legislação educacional também foram acontecendo depois dessa Primeira Semana Pedagógica ocorrida em Patos de Minas, como a Lei nº 4.024/61 e a Lei nº 9.394/96, e o município procurou, na medida do possível, acompanhar toda essa evolução no sistema educacional primário.

4 DA NUCLEAÇÃO À MUNICIPALIZAÇÃO ESCOLAR RURAL NO MUNICÍPIO

Nas décadas de 60 e 70, do século passado houve, como já se viu, uma pequena estagnação econômica no município motivada pela mudança da capital do país para Brasília, para onde parte da população patense se deslocou em busca de emprego e de uma vida melhor para seus filhos.

O quantitativo de edificações escolares municipais rurais, nesse período, chegou a 98 prédios escolares, que ofereciam educação primária. No ano de 1962, os distritos de Lagoa Formosa e Guimarães se emanciparam, reduzindo de forma significativa as escolas municipais rurais em Patos de Minas. Posteriormente, ainda na década de 60, o Município contava com 89 escolas municipais rurais (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATOS DE MINAS, 2012).

Nos anos finais da década de 80, inicia-se o processo de encerramento das atividades nas escolas municipais rurais por falta de alunos e, conseqüentemente, o início do processo de nucleação que culminaria no fechamento de inúmeras escolas reduzindo-as ao quantitativo de oito escolas em 1998, quando, por fim, finaliza o processo de nucleação das escolas primárias municipais rurais do município de Patos de Minas.



Em 1948, havia no município de Patos de Minas 47 escolas municipais rurais ativas, porém, aparecem apenas 33 regulamentadas com lei de criação pela municipalidade. Esse desencontro de informações decorre do fato de que até a década de 60 do século XX, havia, por exemplo, em um mesmo povoado, escolas que funcionavam com apenas um professor que no período da manhã atendia uma parte dos alunos e à tarde outra classe; ocorria, também, o funcionamento de duas escolas com nomes diferentes num mesmo prédio, sendo que cada professor era responsável por uma classe.

Havia, ainda a existência de escolas com alunos matriculados sem que houvesse funcionado um único dia, uma vez que não havia professores interessados em se deslocarem da cidade para residir no meio rural, considerando que essas escolas estavam instaladas em locais de difícil acesso, não possibilitando seu retorno ao local de origem diariamente.

De acordo com dados obtidos junto à Procuradoria-Geral do município, Patos de Minas contava em 1960 com 118 professores municipais rurais atuando em 97 instituições escolares. Ocorre que a maioria desses professores (68%) não tinha formação específica para o magistério, possuindo apenas o primário; por sua vez os professores habilitados giravam em torno de 8,5%. Os demais possuíam ginásio ou colegial (PROCURADORIA-GERAL, 2012).

O processo de nucleação das escolas municipais rurais constituiu uma tentativa de solucionar os problemas mais evidentes das escolas campesinas, com professores sem formação adequada, executando múltiplas funções, com salas multisseriadas e, ainda, com a precariedade do espaço físico onde essas escolas estavam instaladas.

No município, esse processo consistiu em concentrar os alunos de diversas instituições escolares isoladas e com classes multisseriadas, em escolas núcleos, por meio do transporte escolar. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura,

Esporte e Lazer e as comunidades rurais, unidas pelo pensamento de redução de gastos para o município; melhoria da qualidade do ensino; professores mais preparados; prédios com infraestrutura adequada; oferta de classes seriadas e extensão de séries para conclusão do ensino fundamental se mobilizaram em busca dessa sonhada educação.

Dessa forma, competia à Administração Municipal dialogar com as comunidades sobre a nucleação e valorizar a participação das famílias nesse



processo, sobretudo para reduzir as possíveis implicações negativas que pudessem ocorrer com o deslocamento dos estudantes das escolas com classes multisseriadas para as escolas núcleos.

Iniciado o processo de nucleação das escolas municipais campesinas de Patos de Minas, houve o fechamento de diversas escolas com classes multisseriadas, sendo os alunos transportados para as chamadas escolas núcleos municipalizadas, escolas municipais rurais ampliadas ou construídas para esse fim e, também, para escolas municipais no perímetro urbano.

Os campesinos foram movidos pelo pensamento de que a manutenção de poucas instituições escolares e a concentração dos alunos em escolas núcleos, por meio do transporte escolar, implicaria em redução de gastos para o município; melhoria da qualidade do ensino; separação em classes de acordo com o ano de escolaridade e maior oferta de educação ao alunado campesino, possibilitando a todos a conclusão do Ensino Fundamental.

A precariedade de inúmeras escolas rurais multisseriadas existentes, o pouco número de alunos que cada uma dessas escolas tinha, bem como a existência de professores não muito bem preparados para essa missão, foram também aspectos que contribuíram para que o processo de nucleação no Município fosse iniciado.

Assim, era imprescindível oferecer educação em classes unisseriadas e fechar as escolas isoladas de classes multisseriadas, municipais ou estaduais. No município de Patos de Minas, até o ano de 1998, foram fechadas 98 escolas municipais rurais, maior cifra alcançada depois da emancipação dos distritos de Lagoa Formosa e Guimarães em 1962. Foram ainda nucleadas sete escolas estaduais primárias rurais durante o processo de nucleação e nos anos subsequentes (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS, 2012).

Ocorre que algumas comunidades não aceitaram, de imediato, o encerramento das atividades de algumas escolas rurais, que continuaram a funcionar durante e após o processo de nucleação, como anexos de outras instituições escolares municipais ou estaduais, só fechando as portas no início do ano 2000.

Essa resistência se deve ao fato de que muitas famílias não aceitaram fechar as escolas em suas comunidades e que seus filhos fossem transportados para

outras localidades, sabedores que eram da importância da escola para o desenvolvimento local.

Dessa forma, o processo de nucleação em Patos de Minas "teve início em 1990 e alcançou seu auge na administração 1997-2000" (SALES, 2007, p. 75) e as primeiras nucleações ocorreram em três comunidades do Município: Cabral, Posses do Chumbo e Santa Maria.

Scher (1996) aponta argumentos favoráveis da nucleação das escolas municipais rurais, pois essas escolas "oferecem condições mais adequadas e mais ricas, tanto quanto ao ambiente físico (espaço, quadras, hortas), como equipamentos (vídeos, aparelhos de TV, programas), salas especiais (artes e bibliotecas) e pessoal especializado" (SCHER, 1996, p. 24).

Após avaliação, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Patos de Minas, aponta uma série de vantagens e desvantagens advindas do processo de nucleação realizado no município. Vantagens: o atendimento por série facilitou o ofício do professor; houve melhora nas relações sociais entre os alunos; a capacitação dos professores tornou-se mais simples; desvantagens: o descolamento do aluno por meio de transporte que requer manutenção constante nas estradas; o aluno ficou mais tempo afastado das comunidades onde criaram raízes (SCHER, 1996).

Posteriormente, em conformidade com o Decreto nº 2.118 de 8 de dezembro de 1998 e a fim de garantir a melhoria da qualidade do ensino por meio da formação continuada e atualização pedagógica dos professores da rede municipal de ensino, foi instituído o Programa "Centro Municipal de Pesquisa e Formação Educacional" (CEMPEF) José Eustáquio Romão, para que a educação de Patos de Minas pudesse se destacar em toda região, assim como em outros municípios e até mesmo outros estados.

Verifica-se, contudo, que ao mesmo tempo em que se trabalhava no sentido de priorizar a educação, com o processo da nucleação escolar rural e melhoria da qualidade do ensino, iniciava-se, por outro lado, o desaparecimento da articulação entre as famílias de uma mesma região e seus professores, uma vez que esses educadores eram considerados líderes na comunidade, ao cuidarem da realização de festas religiosas, encontros de lazer das crianças e adolescentes, reuniões e outros assuntos afetos ao interesse da coletividade local. Inexistindo esse

líder nas comunidades deixa também de existir benefícios que há anos vinham sendo difundidos.

O processo de nucleação no município fez, também, com que os alunos abandonassem seus afazeres junto à família, pela falta de contato nos momentos necessários à lida do dia a dia. O fechamento das escolas fez, também, com que antigos hábitos do homem campestre deixassem de ser vivenciados, assim como o cotidiano característico das famílias da roça, relacionados à cultura local.

Com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Patos de Minas e tantos outros municípios brasileiros - visando o cumprimento do artigo 5º da referida lei que dá competência tanto aos estados, quanto aos municípios para que a população tenha acesso ao Ensino Fundamental completo -, optam pela municipalização⁴ desse ensino.

Esse acesso ao Ensino fundamental, se não atendido pelos estados e municípios, dá direito ao cidadão de exigí-lo, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Nesse sentido, para atender ao preceito legal e, ainda, para reduzir a distância do traslado dos alunos, em três sedes distritais, foram municipalizadas escolas estaduais em conformidade, também, com a Lei Municipal nº 4.516, de 6 de outubro de 1997, através do regime de cooperação com o estado de Minas Gerais, transferindo, assim, para a rede municipal, escolas estaduais que ministravam o Ensino Fundamental completo.

Assim, o Poder Legislativo de Patos de Minas, de acordo com Lei Municipal nº 4.516, de 6 de outubro de 1997, autoriza a municipalização de escolas da rede pública estadual (PATOS DE MINAS, 1997).

De acordo com o Ofício nº 637/1997- GAB, endereçado ao Senhor João Batista dos Mares Guia, datado de 25 de novembro de 1997, é solicitado a municipalização das seguintes escolas do meio rural: Escola Estadual de Alagoas, com oitenta alunos; Escola Estadual Major Augusto Porto, com 333 alunos; Escola Estadual José Paulo de Amorim, com 266 alunos; Escola Estadual Frei Leopoldo, com 639 alunos.

⁴A municipalização constitui em transferir encargos e serviços educacionais à municipalidade, desestadualizando escolas e possibilitando que servidores e professores estaduais e municipais convivam juntos.



Por sua vez, a Resolução nº 8.472, de 31 de janeiro de 1998, autorizou, conforme Lei Municipal 4.516/97, anteriormente comentada, a municipalização de diversas escolas estaduais, a seguir: Escola Estadual Frei Leopoldo, de Ensino Fundamental (1ª à 4ª série), que passou a denominar-se Escola Municipal Frei Leopoldo, de Ensino Fundamental (1ª à 4ª série); - Escola Estadual de Alagoas, de Ensino Fundamental (1ª à 4ª série), que passou a denominar-se Escola Municipal de Alagoas, de Ensino Fundamental (1ª à 4ª série); - Escola Estadual Major Augusto Porto, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série), que passou a denominar-se Escola Municipal Major Augusto Porto, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série); - Escola Estadual José Paulo de Amorim, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) e Ensino Médio, que passou a denominar-se Escola Municipal José Paulo de Amorim, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) e Ensino Médio (PATOS DE MINAS, 1998).

O principal objetivo da municipalização das escolas rurais é oferecer à população campestre o ensino fundamental completo e extinguir a multisseriação, porém, no meio urbano, foi municipalizada a Escola Estadual Frei Leopoldo, que oferecia o ensino de 1ª à 4ª séries.

Para a concretização da municipalização em Patos de Minas, não foi levado em consideração posicionamentos contrários ou favoráveis dos envolvidos, levou-se em conta apenas uma decisão política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a história da educação no Brasil, verifica-se que a educação rural contou por muitas décadas com o empenho e trabalho dedicado dos mestres-escolas na transmissão do conhecimento aos alunos. Esses mestres-escolas tiveram papel de destaque não só junto aos alunos, mas, também, junto às famílias e às comunidades rurais. Essa importância deve-se ao papel desse abnegado profissional que, muitas vezes, foi elemento de ligação e integração entre os habitantes das comunidades onde ensinavam.

A participação e importância dos mestres-escolas no meio rural do município de Patos de Minas puderam ser constatadas até meados do século XX, quando começaram a ser substituídos em decorrência da expansão das escolas com ensino institucionalizado.

A educação rural - muitas vezes foi tratada com descaso até meados do século XX - tem sido preocupação recente para alguns estudiosos que buscam analisá-la e contextualizá-la. Nesse sentido, os autores abordados no decorrer da pesquisa tiveram papel primordial para constatar que o conhecimento empírico do pesquisador, que viveu e trabalhou durante anos no meio rural, vai ao encontro de outros estudos realizados que abordam o ensino rural no Brasil, em Minas Gerais e em Patos de Minas.

Além dos autores abordados, este estudo contou com uma pesquisa de campo junto a diversos arquivos públicos o que possibilitou corroborar documentos localizados não só com o conhecimento empírico do pesquisador como, também, com os estudos dos especialistas. Muitos documentos analisados por esta pesquisa foram utilizados pela primeira vez em trabalhos que abordam essa temática ressaltando, portanto, o valor deste estudo.

Os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados e este estudo constatou a importância dos mestres-escolas para o desenvolvimento do ensino no meio campesino do município à medida que eram os únicos indivíduos com capacidade - mesmo que precária - a repassar um pouco de educação às crianças que não tinham condição de sair do campo para estudar na cidade.

A pesquisa constatou, também, que a expansão da escola pública rural municipal ocorrida no período de 1941 a 1998, quando se encerrou o processo de nucleação, atravessou esse período de forma oscilante, uma vez que vários professores, indicados para esse exercício, desistiam do cargo ocupado em virtude das condições precárias que encontravam nas salas de aula, da falta de transporte adequado e moradia e, ainda, do desejo de voltar para a cidade onde haviam se formado.

Foi, portanto, em meio a essas oscilações relacionadas à permanência dos educadores no campo, às inúmeras salas com poucos alunos é que se deu o processo de nucleação das escolas rurais primárias municipais de Patos de Minas.

A nucleação no município de Patos de Minas é um processo já sedimentado e, dessa forma, a Administração Pública possibilita que a população rural atendida pela nucleação das escolas municipais usufrua de meios de transportes adequados, em maior número e mais rápidos; de professores qualificados e de materiais compatíveis ao ensino fundamental. Esses recursos permitirão que o meio rural receba a devida

atenção dos órgãos públicos e, assim, diminua a discrepância que sempre existiu no decorrer da história da educação, entre o ensino rural e o ensino urbano.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar os temas abordados e sugere estudos mais aprofundados da história da educação rural de Patos de Minas de forma que possa haver em outros estudos, mais registros que impossibilitem que parte da história da cidade seja diluída com o tempo.

Espera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa provoquem discussões sobre a prática do ensino no campo, sobre o papel do educador de forma geral e sobre a história do município, seus distritos e suas gentes.

RURAL MUNICIPAL SCHOOLS: EXPANSION AND NUCLEATION (PATOS DE MINAS - MG - 1941/1998)

ABSTRACT

This study has analyzed the process of the creation and expansion of municipal schools located in rural areas of Patos de Minas, Minas Gerais, Brazil, between 1940 and 1998, when the expansion was interrupted due to the nucleation of education. The first record refers to the year of Decree No. 77, which regulates the teaching in these schools; the last record refers to the year of conclusion of the nucleation process. Bibliographic and documentary research was performed, as well as the observation technique. The study sought to answer two questions: in which circumstances did the process of creation and expansion of rural public schools in Patos de Minas - MG occur, between 1941 and 1998? What are the real contributions of schoolmasters in non-institutionalized teaching? It was concluded

that the process of expansion occurred amid the constant changes in the number of schools operating due to the non-permanence of teachers in these places and that the contribution of schoolmasters was relevant to the learning process of students who lived in the countryside. The nucleation process made possible the offering of basic education.

KEY-WORDS: Municipal Rural Primary School; Patos de Minas; School Nucleation.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1939.



BRASIL. Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar, de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: AGUIAR, José Márcio de. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino: da reforma Benjamin Constant - 1891 à reforma Darcy Ribeiro - 1996**. vol. II. Belo Horizonte: Editora Lâncer Ltda., 1997. p. 1-19.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: AGUIAR, José Márcio de. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino: da reforma Benjamin Constant - 1891 à reforma Darcy Ribeiro - 1996**. vol. II. Belo Horizonte: Editora Lâncer Ltda., 1997. p. 61-84.

BUFFA, Ester; PINTO, Gerson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: Ed. da UFSCar; Brasília: Inep, 2002.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1973.

FONSECA, Geraldo. **Domínios de pecuários e enxadachins**. História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974.

FONSECA SOBRINHO, Clarimundo José da. **Relatório enviado ao Governador do Estado de Minas Gerais**. Prestação de contas do Município de Patos, do exercício de 1940, 30 abr. de 1941.

FONTOURA, Amaral. **Aspectos da vida rural brasileira**. Seus problemas e soluções. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.

GUIMARÃES, Vicente Pereira. **Relatório apresentado à Câmara Municipal. Prestação de Contas.** Prefeitura de Patos de Minas, 1948.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Panorama da educação no campo.** Brasília: INEP, 2007.

LEÃO, Antônio Carneiro. **Sociedade rural: seus problemas e sua educação.** Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940.

LEITE, Sérgio Celani Leite. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões da nossa época: v. 70).

LEITE, Sérgio Celani Leite. **A escola rural como valor social.** *Revista Alpha*, n. 1, v. 1, p. 131-147, nov. 2000.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura no ano de 1908.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, Rio de Janeiro, 1974.

PATOS DE MINAS. **Decreto Municipal nº 2.118, de 8 de dezembro de 1998.**

PATOS DE MINAS. **Lei nº 4.516, de 6 de outubro de 1997. Autoriza a municipalização de escolas da rede pública estadual.**

PATOS DE MINAS. **Resolução 8.472, de 31 de janeiro de 1998. Autoriza a municipalização de Escolas Estaduais.**

PATOS DE MINAS. **Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas. Decreto n. 77, de 2 de outubro de 1941. Regulamenta as escolas rurais do município de Patos de Minas.**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Secretaria Municipal de Planejamento. **Diagnóstico Sócio Econômico**, 2004.

REVISTA MINEIRA DE EDUCAÇÃO. Belo Horizonte: **Imprensa Oficial**, anno 2, n. 15, p. 73, mar. 1926.

SALES, Suze da Silva. **A educação rural brasileira: limites e possibilidade do processo de nucleação em Patos de Minas (1990-2002)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2007.

SCHER, Marluce Martins de Oliveira. **A educação na rede municipal Patos de Minas (1993/1996)**. Prefeitura de Patos de Minas. Secretaria Municipal de Educação. 1996.

FONTES

CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. Atas de 1913 e 1914

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATOS DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE PATOS DE MINAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). Acervo documental de imagens do município de Patos de Minas